



EM Nº 76/2025

Florianópolis, 20 de maio de 2025.

Senhor Governador,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de Decreto, que introduz a Alteração nº 4.899 no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27 de agosto de 2001.

Pela proposta, a Subseção I da Seção IV do Capítulo VI do Regulamento fica acrescida do art. 46-A, estabelecendo que os contribuintes que recebem transferência de crédito de ICMS poderão utilizar o crédito à razão de 1/18 (um dezoito avos) ao mês a contar do recebimento da Autorização para Utilização de Crédito – AUC.

A medida não se aplica nas transferências de crédito em que há um limite estabelecido, como nos casos em que os valores são calculados diretamente pelo Sistema de Administração Tributária (SAT) e nas transferências realizadas de acordo com o art. 52-C do Regulamento, que trata de concessão de limite especial para transferências de crédito, os incisos I a III do caput do art. 25 do Anexo 3, que tratam da transferência de créditos relativos a ressarcimento e restituição de imposto recolhido por substituição tributária, bem como nas transferências realizadas por estabelecimentos abatedores de aves e suínos beneficiários do tratamento tributário previsto no art. 17 do Anexo 2.

As transferências submetidas à nova regra estarão sujeitas à declaração de aceite pelo destinatário, conforme previsto no art. 51 do Regulamento, para que a condição de utilização do crédito em dezoito parcelas seja conhecida e aceita previamente.

A medida aperfeiçoa os procedimentos relativos à transferência de créditos de ICMS, considerando especialmente a necessidade de controle para que não haja prejuízo às disponibilidades financeiras do erário.

Por fim, tendo em vista a relevância das matérias tratadas na presente minuta de Decreto para a economia catarinense, solicitamos sua tramitação em regime de urgência.

Respeitosamente,

**Cleverson Siewert**  
Secretário de Estado da Fazenda  
(assinado digitalmente)

Excelentíssimo Senhor  
JORGINHO MELLO  
Governador do Estado  
Florianópolis - SC

**ANEXO ÚNICO**  
**COMPARATIVO DA LEGISLAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO**

Redação Atual RICMS/SC-01	Redação Proposta	Justificativa
	<p>“Art. 46-A Salvo no caso de transferências de crédito em que os valores são calculados diretamente pelo Sistema de Administração Tributária (SAT), daquelas realizadas de acordo com o art. 52-C do Regulamento, os incisos I a III do § 3º do art. 25 do Anexo 3 e das transferências realizadas pelos contribuintes beneficiários do tratamento tributário previsto no art. 17 do Anexo 2, o destinatário da transferência apropriará o crédito recebido à razão de um dezoito avos ao mês a partir do recebimento da AUC.</p> <p>Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o pedido de transferência de crédito deverá ser precedido de declaração de aceite pelo destinatário, conforme previsto no art. 51 do Regulamento.” (NR)</p>	<p>Pela proposta, a Subseção I da Seção IV do Capítulo VI do Regulamento fica acrescida do art. 46-A, estabelecendo que os contribuintes que recebem transferência de crédito de ICMS poderão utilizar o crédito à razão de 1/18 (um dezoito avos) ao mês a contar do recebimento da Autorização para Utilização de Crédito – AUC.</p> <p>A medida não se aplica nas transferências de crédito em que há um limite estabelecido, como nos casos em que os valores são calculados diretamente pelo Sistema de Administração Tributária (SAT) e nas transferências realizadas de acordo com o art. 52-C do Regulamento, que trata de concessão de limite especial para transferências de crédito, os incisos I a III do caput do art. 25 do Anexo 3, que tratam da transferência de créditos relativos a ressarcimento e restituição de imposto recolhido por substituição tributária, bem como nas transferências realizadas por estabelecimentos abatedores de aves e suínos beneficiários do tratamento tributário previsto no art. 17 do Anexo 2.</p> <p>As transferências submetidas à nova regra estarão sujeitas à declaração de aceite pelo destinatário, conforme previsto no art. 51 do Regulamento, para que a condição de utilização do crédito em dezoito parcelas seja conhecida e aceita previamente.</p>

		A medida aperfeiçoa os procedimentos relativos à transferência de créditos de ICMS, considerando especialmente a necessidade de controle para que não haja prejuízo às disponibilidades financeiras do erário.
<b>CLÁUSULA DE VIGÊNCIA</b>	<b>Redação Proposta</b>	<b>Justificativa</b>
	Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.	A vigência é a partir da publicação do Decreto.